AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS CUIDADORES DAS CASAS DE ACOLHIMENTO INFANTIL DE CAMPO GRANDE – MS QUANTO ÀS PRÁTICAS DE HIGIENE E CUIDADOS BÁSICOS.

Autor(res)

Lucylea Pompeu Muller Braga
Amanda De Sousa Mendes
Patrick Borges Ribeiro

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE CAMPO GRANDE

Introdução

A institucionalização infantil, um direito garantido pelo Art. 90º, Inciso IV, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990), é uma medida provisória de acolhimento às crianças em um local de proteção quando não podem permanecer junto à família devido à uma situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 1990; GABATZ et al., 2019). São atribuídos ao profissional cuidador os cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção, o que trata a capacitação como essencial antes de assumir suas funções. Com a incapacitação profissional e a fragilidade da saúde infantil facilita-se o surgimento e piora do prognóstico de doenças infectocontagiosas. Frente ao exposto, é de extremo benefício à saúde pública, identificar o nível de conhecimento desses profissionais frente ao cotidiano de acolhimento que presenciam em suas rotinas de trabalho, pois possibilita identificar a existência de aspectos positivos do cuidado e/ou a ocorrência de fragilidades.

Objetivo

Tem por objetivo avaliar, por meio de questionários, a dimensão do conhecimento dos cuidadores das Casas de Acolhimento Infantil em Campo Grande- MS, em relação às práticas de higiene e cuidados gerais às crianças que estão sob seus cuidados e, por fim, qualificá-los através de informações técnicas (capacitação) do tema.

Material e Métodos

Realizou-se uma pesquisa de campo observacional, transversal, qualitativa e com objetivos do tipo descritiva-exploratória. Foi realizada na Unidade de Acolhimento Infantil da Criança e do Adolescente (UAICA) I e II de Campo Grande - MS. A amostra foi de 46 cuidadores profissionais pertencentes à Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS) de Campo Grande – MS. Quanto à coleta de dados, inicialmente utilizou-se a ferramenta de questionários presenciais contendo 16 questões fechadas estruturadas de múltiplas escolhas voltadas para graduação do nível de conhecimento dos cuidadores e foram aplicados após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As variáveis aplicadas no instrumento de coleta, sociodemográficas (sexo, idade e grau de instrução) e de cuidados gerais de crianças, foram analisadas pelo Excel for Windows®. Após essa avaliação, foi fornecido um treinamento gratuito teórico e prático de capacitação, visando suprir os erros

encontrados.

Resultados e Discussão

A população de 46 profissionais entrevistados foi composta de 91,3% do sexo feminino com média de idade de 45,4 anos; 8,7% do sexo masculino com média de idade de 43,2 anos. Com base na coleta de dados, obteve-se os seguintes resultados parciais: 86,9% dos profissionais receberam algum treinamento ou capacitação; 73,9% recebem algum tipo de supervisão; 100% dos cuidadores lavam os cabelos das crianças diariamente; 54,3% costumam limpar externamente os ouvidos da criança com água e sabonete na hora do banho; 78,2% costuma escovar os dentes da criança antes de dormir e ao acordar; 84,7% limpam o períneo de uma criança do sexo feminino de frente para trás, prevenindo vulvovaginites (YAMASHITA et al., 2008) e 89,1% relataram utilizar SF 0,9% na higienização nasal das crianças, o que remove potenciais agentes agressores, prevenindo as complicações de infecção de vias aéreas (CAMINHA et al., 2001). Por fim, 76% (35) dos cuidadores participaram da capacitação fornecida após as entrevistas.

Conclusão

De acordo com os resultados obtidos, pôde-se concluir que não existe uma constância de treinamentos e protocolos na população estudada, cumprindo os objetivos do estudo. Assim, gerando uma falha no conhecimento acerca dos cuidados básicos com crianças e o fato de esses profissionais influenciarem diretamente na saúde, se faz necessária uma melhor supervisão e mobilização de recursos institucionais.

Referências

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

CAMINHA, G. P; CAIN, W. S; JALOWAYSKI, A. A. Lavagem Nasal como método de avaliação das cavidades nasais. Revista Brasileira de Otorrinolaringologia, v. 67, n. 06, p. 859-862, nov./dez. 2001.

GABATZ, R. I. B; SCHWARTZ, E; MILBRATH, V. M. Vivências do cuidador institucional no acolhimento infantil. Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, Escola Anna Nery, v. 23, p. 2, 2019.

YAMASHITA, G.A; SARAMACHO J.F; CAMPANER A.B; AOKI T. Aspectos etiológicos das vulvovaginites na infância. Arq Med Hosp Fac Cienc Med Santa Casa, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 77-80. 2008.